

**“OPERAÇÕES POLICIAIS”: UMA PROPOSTA DE EXERCÍCIO
MULTI-SITUADO E MULTIESCALAR DE REGIONALIZAÇÃO
DOS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA ARMADA EM FAVELAS
DURANTE A PANDEMIA NO RIO DE JANEIRO**

Eduardo de Oliveira Rodrigues¹

Elizabete Albernaz²

INTRODUÇÃO

Apesar de todos os desafios humanos decorrentes da pandemia da Covid-19, as mortes por intervenção policial continuaram a acontecer em favelas e periferias pobres do Rio de Janeiro³. No momento inicial da crise sanitária, o foco do debate público estava ligado aos possíveis impactos mais graves da pandemia nessas áreas (Fortes & Oliveira, 2020; Barreto Filho, 2020; Jansen, 2020; entre outros). Além disso, supostas medidas de isolamento social impostas por grupos armados do varejo da droga e das milícias foram igualmente reportadas (Heringer, 2020; Guimarães, 2020; entre outros)⁴. Ainda em Março, dados da

¹ Doutor em Antropologia (Universidade Federal Fluminense, Brasil). <http://lattes.cnpq.br/4003792666981445>. <https://orcid.org/0000-0001-9246-6462>. eorodrigues@gmail.com. Endereço para correspondência: Colégio Pedro II, - Unidade Realengo II. Rua Bernardo de Vasconcelos, 941, Realengo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 21710-261. Telefone: (55 21) 24066800.

² Doutora em Antropologia (Universidade Federal Fluminense, Brasil). Pesquisadora Visitante da University of the Witwatersrand (África do Sul). <http://lattes.cnpq.br/0161700382041904>. <https://orcid.org/0000-0003-3083-1473>. betealbernaz@gmail.com.

³ Ver o Levantamento Semestral da plataforma Fogo Cruzado para o 1º Semestre de 2020, disponível em https://fogocruzado.org.br/wp-content/uploads/2020/07/FOGO_CRUZADO_LEVANTAMENTO_SEMESTRAL_2020.pdf.

⁴ Tal fato ganhou ainda maior repercussão pela declaração do então ministro da saúde - Henrique Mandetta - ao admitir o diálogo do poder público com tais grupos no fortalecimento das medidas de segurança sanitária

base Fogo Cruzado apontavam para uma redução de 37,9% nos confrontos envolvendo agentes de segurança quando comparados às duas primeiras semanas do mesmo mês. Em Abril, houve uma retomada gradual das chamadas "operações policiais"⁵, com um aumento de 63% já nas duas primeiras semanas do mês. Em Maio de 2020, depois de uma série de mortes ocorridas durante *operações* em favelas, estas foram judicialmente limitadas pelo julgamento da ADPF 365, que também ficou conhecida como a "ADPF das favelas"⁶. Pelo menos por um curto período de tempo, a medida cautelar de fato limitou o acesso das polícias fluminenses às áreas de favelas e verificou-se queda no número de *operações* e mortes a elas associadas.

Entretanto, nos meses seguintes ao julgamento da ADPF 365, as *operações policiais* voltaram a acontecer de forma igualmente arbitrária e violenta⁷, o que, para efeitos deste trabalho, coloca uma série de questões relevantes. Quais significados encontram-se associados a essas intervenções? Qual a sua relevância para os grupos envolvidos? O que a continuidade das *operações* pode nos dizer sobre a política das organizações policiais e seus efeitos de poder na sociedade? Buscaremos responder a estas perguntas a partir de uma proposta de análise regionalizada dos efeitos das *operações policiais* e suas representações para tentar explicar a sua continuidade (e até intensificação!) durante a pandemia de Covid-19 nas favelas do Rio de Janeiro, áreas historicamente associadas à questão da violência armada⁸.

(Linder & Borges, 2020). A declaração do ministro não só irritou a classe policial, como também ganhou visibilidade internacional ao ser citada no relatório diário da ONU sobre a pandemia no mundo (Mattoso, 2020).

⁵ No presente artigo, o itálico será utilizado no caso da repetição de um conceito de um/a autor/a que já tenha sido citado no texto e para se referir às categorias utilizadas em sua acepção nativa/corrente. As aspas serão utilizadas em citações e expressões extraídas de entrevistas e relatos registrados em cadernos de campo, bem como para conceitos, no caso de sua primeira citação.

⁶ Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). Para o texto integral da medida cautelar, ver <https://bit.ly/32KxWat> [Acesso em 07/07/2020].

⁷ Apesar da proibição do STF, o mês de outubro de 2020 experimentou um aumento de 425% no número de mortes decorrentes de intervenção policial (63 óbitos) quando comparado a setembro (12 mortes) do mesmo ano (Observatório da Segurança, 2020b).

⁸ Por *violência armada*, compreendemos práticas de violência operadas através do uso de armas de fogo, a exemplo dos "tiroteios" envolvendo as polícias, grupos de traficantes varejistas de droga e milicianos.

Para empreender tal tarefa, no presente artigo, dedicaremos-nos a analisar os significados associados ao conjunto heteróclito de práticas reunidas sob a categoria “operação policial”. Enquanto principal protagonista dessas ditas *operações* e seus resultados letais⁹, a Polícia Militar terminará por ser também o nosso principal foco de interesse. Nossa análise se apoia em material empírico coletado pelo Grupo de Trabalho “Crime e Policiamentos” da pesquisa “Covid-19: impactos da pandemia sobre processos de precarização da vida e naturalização da morte na metrópole carioca”¹⁰, desenvolvida pelo Laesp/UFF, grupo de pesquisa ao qual os autores encontram-se vinculados. Sendo assim, na primeira parte do presente artigo nos dedicaremos aos dados produzidos pelo mapeamento das *operações policiais* ocorridas na RMRJ durante os cinco primeiros meses do contexto pandêmico (março-julho de 2020) com o intuito de promover um primeiro movimento de regionalização dos impactos da violência armada estatal. Recorreremos para isso aos dados da plataforma “Fogo Cruzado” que, desde 2017, empreende levantamento estatístico dos confrontos armados envolvendo agentes de segurança e outros grupos armados na RMRJ. Com base nesses dados, foi possível identificar que os confrontos envolvendo agentes de segurança ocorreram principalmente em territórios favelados, em áreas historicamente conflagradas. Se nessa primeira parte do trabalho o foco da

⁹ Apesar da proibição do STF, o mês de outubro de 2020 experimentou um aumento de 425% no número de mortes decorrentes de intervenção policial (63 óbitos) em relação a setembro (12 mortes) do mesmo ano (Observatório da Segurança, 2020b). Em média, a taxa de mortos e feridos em decorrência das ações da PMERJ foi de 28,7%, enquanto a Polícia Civil foi responsável por uma taxa de 4,7% dos casos.

¹⁰ Como passo inicial desta etapa de pesquisa, procedemos ao levantamento total de 120 matérias jornalísticas ligadas ao tema das operações no período entre 16 de março e 31 de outubro de 2020 (tendo sido excluídas as reproduções em veículos menores e repetições). Foi feita também a leitura de materiais estatísticos - a exemplo do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020) e do relatório Efeitos da Medida Cautelar na ADPF 635 sobre as operações policiais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Grillo, Hirata e Dirk, 2020). Essas duas ações foram os primeiros passos dentro do mapeamento sugerido por nossa pesquisa. Além delas, foram feitos até agora: 1) entrevistas online com policiais militares (12 entrevistas) e policiais civis (8 entrevistas) do Rio de Janeiro sobre três tópicos de interesse: a) impactos de curto, médio e longo prazo da ADPF 635; b) causas possíveis para a redução dos índices de criminalidade durante a pandemia; e c) condições de trabalho dos policiais; 2) entrevistas em profundidade (6 entrevistas) também com lideranças comunitárias de favelas situadas na RMRJ sobre as suas percepções sobre: a) o impacto da pandemia nas favelas; b) as ações governamentais e de iniciativa comunitária realizadas nessas áreas; e c) sobre a atuação das polícias civil e militar durante a pandemia e a proibição das operações policiais; 3) ainda com o intuito de analisar percepções desses agentes, foi incluída uma pergunta aberta não-obrigatória em uma das disciplinas do Curso de Segurança Pública e Social do CEDERJ, frequentado exclusivamente por profissionais de segurança pública, sobre os impactos da ADPF 635 sobre a atividade policial. Todos os dados dessas outras etapas do mapeamento, todavia, ainda estão sendo analisados e os resultados serão publicados futuramente. Saiba mais sobre a presente pesquisa e sobre o trabalho do Laboratório de Estudos sobre Conflito, Cidadania e Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (Laesp/UFF) em <https://laesp.org/pesquisas>.

análise recai sobre as *operações policiais* em geral, em sua segunda parte abordaremos as motivações e sentidos atribuídos a esses episódios no universo Policial Militar. Para isso, lançaremos mão de dados etnográficos construídos a partir de nossas próprias experiências de campo¹¹.

Com base em pesquisa desenvolvida por Albernaz (2018) no Morro do Palácio em Niterói, município da RMRJ, chamaremos a atenção dos leitores e leitoras para o papel das *operações policiais* na produção da favela como um "lugar" na paisagem social local (Bourdieu, 1984, 1997, 2013), diretamente associado à violência dos confrontos armados na cidade. Em um elaborado jogo de luz e sombras, entre visibilidade pública e invisibilidade social, a pesquisa identifica uma série de práticas de extração de valor associadas à realização dessas *operações* e que a autora explora a partir da análise da categoria nativa "produtividade policial". O trabalho realizado por Albernaz mostra como as *operações policiais* afetam de forma dramática o cotidiano *palaciano*, mas, principalmente, como o ambiente organizacional da própria Polícia Militar, ao reforçar práticas espúrias de *produtividade*, pode influenciar a geopolítica das disputas territoriais armadas e reforçar lógicas historicamente estabelecidas de segregação espacial e social. Por sua vez, na sua pesquisa de doutoramento em fase final de redação, Rodrigues nos fala da construção de um ambiente motivacional para a realização das *operações policiais* a partir das

¹¹ O trabalho de campo dos pesquisadores foi realizado a partir de um enfoque etnográfico. O trabalho desenvolvido por Rodrigues junto a candidatos à prova da PMERJ foi realizado por 14 meses, de julho de 2019 a setembro de 2020, primeiramente num "cursinho" preparatório localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro e, posteriormente, em ambientes virtuais por conta do contexto pandêmico. A partir de sua experiência no campo o autor buscou acompanhar alguns desses sujeitos em espaços de socialização para além da sala de aula, como bares, festas, *shopping centers*, jogos de futebol, praias, bordéis, além de seus locais de trabalho, moradia, dentre outros. Seu objetivo era compreender não somente suas representações acerca do trabalho policial antes de qualquer contato formal com a instituição, mas as motivações que os levaram a tentar ingressar na carreira policial militar. O trabalho desenvolvido por Albernaz foi conduzido no Morro do Palácio, favela de Niterói, município da RMRJ, entre os anos de 2015 e 2017. Nesse período, a autora buscou observar o que chamou de "performances de produtividade" das polícias, principalmente da Polícia Militar, sob a ótica dos moradores da favela, mas também na relação das corporações com instâncias de participação social local, como no caso do Conselho Comunitário de Segurança de Niterói. A autora se dedicou a analisar o papel da segurança pública e da ação das polícias na produção do Palácio como um *lugar* na paisagem niteroiense, marcado, para o bem e para o mal, por sua "situação de vizinhança radical". Além da experiência de campo no Palácio, sua pesquisa se nutre também de análises anteriores realizadas pela autora sobre *produtividade policial* (Albernaz, 2015a, 2015b).

representações de candidatos à carreira de Soldado PM sobre sua futura profissão. Segundo o autor, a construção do “ser policial” (Muniz, 1999) para uma parte significativa dessas pessoas passa pela escolha do subúrbio carioca¹² como local preferencial de trabalho. Atento a essa questão, o autor associa a noção de “projeto” (Schutz, 1979; Velho, 1981) inscrita nas escolhas profissionais desses candidatos para abordar o subúrbio como parte de uma *política escalar* presente nas polícias, mas que já orienta o *projeto* profissional de possíveis futuros PMs na cidade do Rio de Janeiro.

No presente artigo, quando falamos sobre uma política escalar da organização policial militar, objeto principal de nossa análise, queremos chamar atenção, como argumenta MacKinnon (2010, p. 214), para o emprego estratégico de um “raciocínio escalar” nas formas de atuação de seus agentes, uma vez que a prática cotidiana de diferentes batalhões, companhias, destacamentos, regimentos, tropas, etc são informadas por discursos e performances que se diferenciam no espaço como veremos a seguir¹³.

¹² Tanto as categorias “favela” quanto “subúrbio” são de difícil definição conceitual e delimitação precisa no que toca o espaço da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Embora tais recortes possam ser lidos de um ponto de vista social, moral, histórico ou geográfico, eles serão tratados no artigo, apenas, enquanto categorias nativas mobilizadas pelos interlocutores dos autores. No artigo, nossos interlocutores falam de “favela” para fazer referência a um lugar chamado Morro do Palácio na cidade de Niterói, bem como “subúrbio” para delimitar um espaço de interesse comum dos candidatos à carreira policial na “zona norte” da capital fluminense.

¹³ Para melhor situar o possível leitor nas descrições realizadas na próxima seção, alguns esclarecimentos sobre a inserção de Niterói na RMRJ, bem como sobre o zoneamento da cidade do Rio de Janeiro parecem pertinentes. Após sucessivas leis estaduais e seguidas alterações no seu formato, a Lei Complementar 184/2018 incluiu 22 municípios do Estado do Rio de Janeiro enquanto parte da RMRJ, a saber: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Queimados, Seropédica, São Gonçalo, São João de Meriti, Tanguá, Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito. O município de Niterói é parte integrante da RMRJ desde sua promulgação em 1974, sendo importante referencial para as cidades da porção leste do território metropolitano pela sua significativa centralidade urbana. Já com relação ao zoneamento da capital fluminense, embora a cidade do Rio de Janeiro seja dividida administrativamente em cinco grandes “Áreas de Planejamento” pela prefeitura, os referenciais simbólicos de navegação social no cotidiano citadino se organizam a partir de quatro regiões distintas: a “zona sul”, região de alto *status* que engloba os bairros abastados onde localizam-se parte das praias balneáveis; o “centro”, região de ocupação mais antiga que hoje compreende o CBD (*Central Business District*) e a zona portuária; a “zona norte”, região que engloba, em sua grande maioria, bairros de perfil de renda mais baixo e que é comumente associada à representação do subúrbio; a “zona oeste”, região com maior extensão territorial e que engloba bairros de baixa renda justapostos a bairros nobres que compreendem a maior parte do litoral balneável, a exemplo da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes.

REGIONALIZAÇÕES DA VIOLÊNCIA: A DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL DAS OPERAÇÕES POLICIAIS NA RMRJ

Seja em seus usos midiáticos, seja na retórica das organizações policiais – em especial, da Polícia Militar – chama a nossa atenção, em primeiro lugar, a profunda opacidade e indefinição que cerca a categoria *operação policial*. Em um ambiente de completa ausência de dados públicos e transparência sobre esses episódios, as *operações* são quase tratadas como sinônimos para a ação da polícia em áreas de favelas. Na PMERJ, nossas pesquisas apontam que as *operações policiais* constituem um importante veículo de produção de valor, mas também de letalidade policial, sendo responsáveis por grande parte dos homicídios em todo o estado do Rio de Janeiro (Misse *et al.*, 2013). Essas ações envolvem um conjunto bastante heteróclito de condutas operacionais direcionadas ao “combate ao tráfico de drogas”, visivelmente concentradas em áreas de favela e em determinadas regiões da Capital e da RMRJ.

Durante a pandemia de Covid-19, diferentes grupos de pesquisa, ONGs e órgãos do governo realizaram levantamentos e mapeamentos com o intuito de ilustrar as dimensões e a distribuição espacial da participação de agentes de segurança pública na realização de *operações policiais*¹⁴. Entretanto, exatamente devido ao elevado nível de incerteza e opacidade dessas ações, argumentamos que dificilmente a geopolítica dessas *operações* poderia emergir imediatamente da escala de análise dos mapas. Enquanto veículo para uma determinada escala de eventos, o mapa nos convida na verdade a refletir sobre as “representações coletivas” (Durkheim, 1994) empregadas em sua produção e consumo. Nesse sentido, na presente seção, buscaremos trazer uma contribuição para uma

¹⁴ Ver o mapeamento das *operações* realizados por: a) GENI/UFF: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/04/policia-do-rio-faz-quat-ro-vezes-mais-operacoes-em-territorios-do-trafico-do-que-da-milicia-diz-estudo.shtml#:~:text=As%20pol%C3%ADcias%20do%20Rio%20de,%2C%20a%20pedido%20da%20Folha>, b) Ministério Público do Rio de Janeiro: http://www.mprj.mp.br/documents/20184/1736517/operacoes_policias_06.05.pdf, e c) FogoCruzado: (<https://fogocruzado.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Instituto-Fogo-Cruzado-relatorio-semester-Grande-Rio-2021.pdf>).

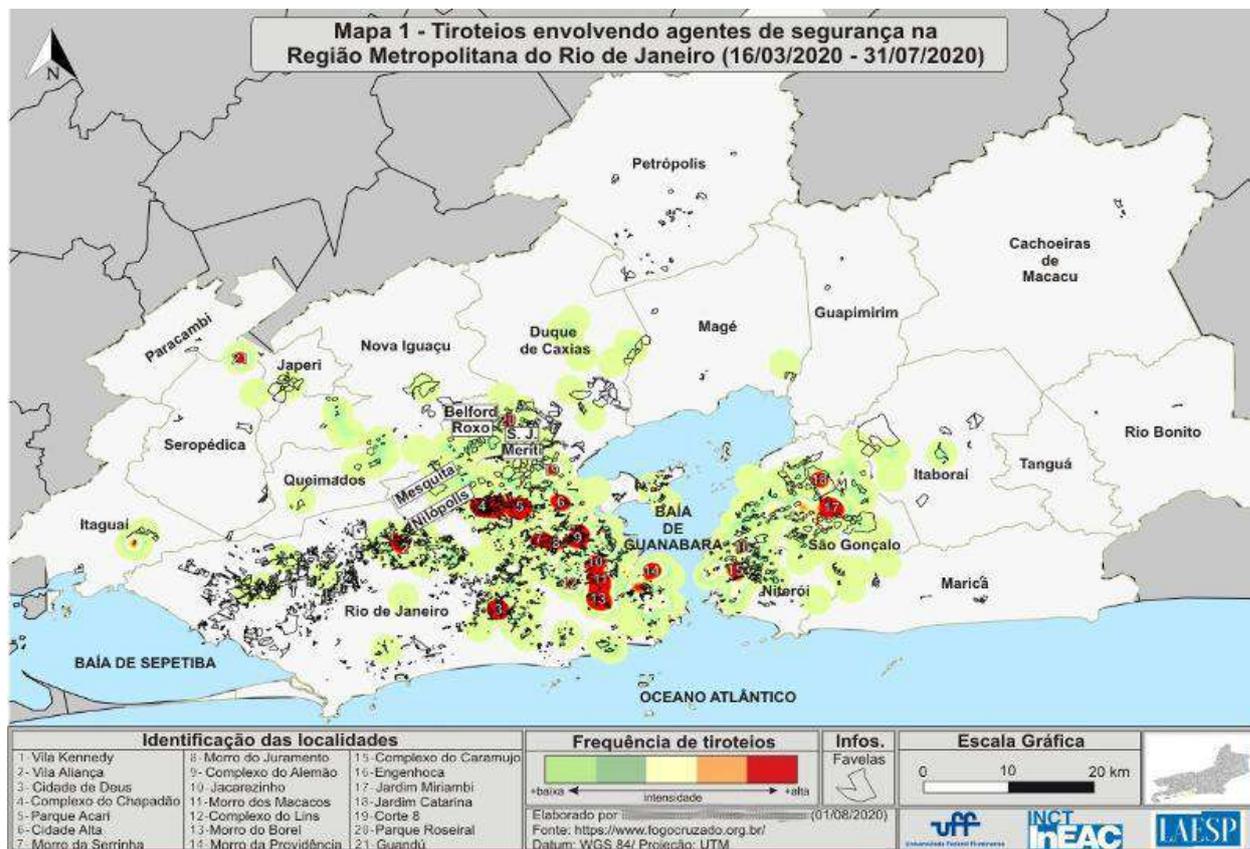
análise regionalizada do fenômeno enfatizando a relação entre o espaço urbano, sua estrutura, desenvolvimento e padrões de ocupação, e uma série de práticas longamente estabelecidas na organização policial militar fluminense a que chamamos aqui de "produtividade policial". Nossas pesquisas apontam (Albernaz, 2018; Rodrigues, 2021) para uma articulação estrutural das práticas de *produtividade policial* e a operacionalização de uma certa *política escalar* das organizações policiais na exploração de uma ampla gama de "rendimentos" (Albernaz, 2015a; 2015b), dos mais espúrios àqueles considerados mais legítimos, depreendidos da realização das *operações policiais*.

O quadro de *violência armada* em que estas *operações* se inserem não se refere a todos os tipos de violência perpetradas com o uso de armas de fogo. Elas se limitam aos confrontos armados envolvendo as polícias e grupos territorializados ilegais. Um veículo importante de representação desse fenômeno são as plataformas colaborativas de registros de "tiroteios", como a "Fogo Cruzado" e a "Onde Tem Tiroteio", que, na ausência de dados públicos sobre *operações policiais*, têm sido utilizadas para mapear o envolvimento da polícia nesses episódios e nas disputas territoriais entre facções do tráfico varejista e milícias na RMRJ¹⁵.

¹⁵ No caso da RMRJ, quatro grupos armados participam desta geopolítica das *operações* além das próprias polícias: o "Comando Vermelho" (C.V.), "Terceiro Comando Puro" (T.C.P.) e "Amigo dos Amigos" (A.D.A.) com relação ao comércio varejista de drogas ilícitas, e as "milícias" enquanto categoria genérica que agrupa diferentes grupos paramilitares. Sobre o caráter heterogêneo da categoria "milícia", ver a dissertação de Brama (2019).

Figura 1

Mapa 1 – Tiroteios envolvendo agentes de segurança na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (16/03/2020 – 31/07/2020)



Fonte: Plataforma Fogo Cruzado (2020).

O mapa anterior foi construído com base nos registros de “tiroteios envolvendo agentes de segurança” da plataforma Fogo Cruzado¹⁶. Cartografar a *violência armada*, ou seja, inscrever num plano os pontos onde geralmente ocorrem mais ou menos *tiroteios*, é uma maneira de requalificar o fenômeno através da linguagem dos mapas. O efeito panorâmico produzido por ela mostra, nesse caso, que a ocorrência da *violência armada* perpetrada pela polícia não é

¹⁶ Segundo a Plataforma Fogo Cruzado, “agentes de segurança” são “policiais civis, militares e federais, guardas municipais, agentes penitenciários, bombeiros e militares das forças armadas — na ativa, na reserva e reformados” envolvidos em situações de tiroteio/disparo de arma de fogo registradas por meio de plataforma colaborativa online gerida pela organização. Dado o papel da Polícia Civil e, principalmente, da PM na regulação da ordem pública e no policiamento criminal é possível inferir que a grande maioria dos tiroteios representados contaram com a participação de alguma das forças policiais do estado.

aleatória, nem tampouco descolada de processos históricos de construção da segregação socioespacial presentes no Rio de Janeiro (Abreu, 2002). Grosso modo, as áreas geralmente mais frágeis do ponto de vista socioeconômico (e que concentram, é importante dizer, a maioria da população não-branca) tendem a ser os espaços onde as polícias agem com maior violência e, conseqüentemente, geram mais mortes.

Isso nos instigou a pensar sobre a importância de uma *regionalização dos efeitos da violência armada estatal* sobre segmentos da população da RMRJ¹⁷. É possível perceber, logo em primeiro plano, duas regiões de intensos confrontos na zona oeste carioca: a região de Bangu (localidades 1 e 2) e a região da Cidade de Deus (localidade 3). Em segundo lugar, existe uma clara concentração de confrontos armados também nos limites entre alguns municípios da Baixada Fluminense (São João de Meriti, Mesquita e Nilópolis), bem como nos bairros do extremo norte da cidade do Rio de Janeiro. Forma-se aí uma segunda região contígua que engloba as áreas conurbadas entre os quatro municípios supracitados (localidades 4, 5, 6, 19 e 20). Em terceiro, temos uma outra região de confrontos que compreende bairros do subúrbio da zona norte carioca, notadamente no entorno direto do conjunto de favelas do Complexo do Alemão (localidades 7, 8, 9 e 10). Além dela, pode-se delimitar também outra região a partir das áreas mais próximas do centro da capital fluminense (localidades 11, 12, 13 e 14). Por fim, duas regiões ainda merecem destaque: aquela que compreende parte dos bairros da zona norte niteroiense (localidades 15 e 16) e, principalmente, as áreas circunscritas ao 3º distrito de São Gonçalo (localidades 17 e 18).

Em algumas dessas áreas, como no caso do Complexo do Chapadão e Acari, no extremo norte da cidade, essa concentração de violência armada estatal é histórica. Os batalhões responsáveis por estas zonas ditas "conflagradas"

¹⁷ A regionalização consiste num método analítico por excelência da Geografia, que consiste em recortar o espaço geográfico em áreas semelhantes de acordo com algum critério. Sobre isso, ver (Gomes, 1995 e Souza, 2013).

constroem para si reputações, atraem a atenção da mídia e, por vezes, projetam personalidades. Os mais antigos vão lembrar da saga do Tenente Coronel Emir Larangeira, ex-comandante do 9º BPM, em suas investidas para “mandar para o inferno”, como gostava de dizer, Cy de Acari e seus comparsas¹⁸. O conflito entre o “traficante” e o “miliciano” foi coberto pelo jornal O DIA que, no final da década de 1980, deu ampla repercussão ao caso e ao trabalho de Larangeira, então comandante de um dos batalhões mais violentos da PMERJ. Sua performance de *produtividade* na imprensa foi um importante veículo, à época, para a difusão do que Márcia Leite chamou de “metáfora da guerra” (Leite, 2012) na política de segurança pública¹⁹. O “arrego” e a violência, entretanto, caminham de mãos dadas na vida de uma unidade como o 9º BPM e a história de “combatente do crime” de Larangeira teve como o caso funesto a Chacina de Vigário Geral, em 1993. A carreira do famigerado ex-comandante do 9º BPM, que chegou a exercer mandato de Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro, é bastante ilustrativa dos modos de exploração política da *produtividade policial*, uma prática estabelecida, mas que foi promovida à política de governo durante o período dos chamados “megaeventos”, com o pagamento de robustas prêmios financeiros aos batalhões que batiam metas²⁰.

Acreditamos que a dinâmica de construção diferenciada desses mercados em torno das *operações policiais* pode ficar ainda mais clara quando procuramos compreender o seu funcionamento. A partir deste exercício inicial de regionalização, na próxima seção utilizaremos nossos próprios trabalhos de campo para dar visibilidade a diferentes dimensões desse fenômeno social complexo, revelando os efeitos políticos das representações construídas sobre a categoria *operação policial* e sua concentração em áreas de favelas. Para

¹⁸ Emir Larangeira, já aposentado, escreveu sua versão do caso em “Cavalos Corredores: a verdadeira história”, lançado pela Editora Beto Brito em 2005. Para uma outra perspectiva sobre esse mesmo período conflituoso da região, ver o trabalho do historiador Marcos Alvito, “As cores de Acari: uma favela carioca”, lançado pela Editora FGV em 2001.

¹⁹ Fuzil AR-15 sob a bandeira da superioridade bélica do tráfico sobre a polícia militar.

²⁰ De acordo com as regras de premiação implementadas pelo Sistema Integrado de Metas (SIM) da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro. Para maiores informações: <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=199>.

desenvolver esse ponto, falaremos à natureza da relação da organização policial militar com o espaço urbano e suas hierarquias, explorando as formas de engajamento do seu efetivo com as regiões morais e físicas que compõem a "área operacional" dos batalhões a partir de dois contextos etnográficos específicos. Assim fazendo, argumentamos pelos rendimentos de um reencontro de uma discussão antropológica sobre "representação" e preocupações tipicamente geográficas como a "escala" para a compreensão da violência armada envolvendo agentes de segurança na RMRJ durante a pandemia de Covid-19. Esperamos, por fim, que as etnografias apresentadas sejam um vetor para um arranjo de eventos onde a ilusão de unidade que caracteriza as representações do fenômeno estatal (Cohen, 1979; Mitchell, 1999; Abrams, 2006) diluir-se-á numa miríade de interesses posicionados e práticas de mercado que têm nas *operações policiais* um importante veículo de produção de valor.

O BOTE NA BOCA DO PALÁCIO

O Morro do Palácio é uma favela de Niterói. Uma área de habitação popular que se desenvolve a partir da segunda metade do século XIX, nas cercanias do antigo Palácio do Governo, vizinha à sede da então capital do estado do Rio de Janeiro. Dizem os moradores que os primeiros *palacianos* teriam sido funcionários do palacete, homens e mulheres vindos do interior do estado para servir à aristocracia política de seu tempo. Dessa proximidade ambígua com os "centros de poder" da sociedade (Geertz, 1997), o Palácio teria recebido o seu nome atual. Seu nome verdadeiro seria Morro do Ingá. O nome atual, dizem os moradores mais antigos, teria se firmado historicamente entre noticiários policiais, anúncios de projetos de saneamento e coberturas dramáticas de tentativas de remoção. Capturada por esse imaginário, na relação com as forças do campo estatal, a favela ficaria conhecida como "Morro do Palácio"; um "lugar" da pobreza (Bourdieu, 1984; 1997; 2013) na topografia social *niteroiense*.

Gostaríamos de chamar a atenção para duas dimensões desta breve narrativa histórica enquanto um tipo de ação expressiva, séries de atos ritualizados de simbolização de relações estruturais que informam conflitualidades no presente²¹. Em primeiro lugar, entendemos que merece destaque a forma pela qual a narrativa representa as dinâmicas de integração subalterna que incorporam o Morro do Palácio à paisagem social da cidade de Niterói por meio do mundo do trabalho – evocando o que Janice Perlman denominou “mito da marginalidade” favelada (Perlman, 1977). Em segundo lugar, gostaríamos de destacar ainda a forma pela qual o relato acima identifica a construção do Palácio como um *lugar* na sua representação como um “problema público” (de saúde, urbanístico, de segurança), objeto da ação de forças situadas no campo estatal. Nossa proposta de análise tende a abordar as *operações policiais* como a outra face dessa moeda dialética: do fazer *marginal* do Estado a partir de sua relação com as suas “periferias” (Das & Pole, 2004; Wacquant, 2001, 2009; Goffman, 2015 dentre outros). No caso da RMRJ, argumentamos que as práticas de *produtividade policial* são fundamentais para entender esse processo, que culmina com a absurda continuidade das *operações policiais* em favelas durante a pandemia.

A reputação do Morro do Palácio como um *lugar* violento, inadequado à frequência da boa sociedade *niteroiense*, como vimos, não vinha de hoje. A partir da década de 1990, entretanto, juntamente com outras favelas, a complexidade da vida cotidiana *palaciana* viu-se reduzida à ideia de “combate ao tráfico de drogas”. Em 2013, depois de uma série de disputas entre grupos de *crias* rivais pelo controle da *boca de fumo* local, foi instalada, uma base destacada da PM no topo da favela²². A instalação da base mudou a forma de regulação do território e o jogo de forças da “sociabilidade violenta” (Machado da Silva, 2008) indicava que a redução dos conflitos armados à época era um sinal inequívoco de que os pactos locais beneficiavam os atores envolvidos de forma satisfatória. A origem

²¹ Como na função dos mitos para Edmund Leach (1998).

²² “Polícia instala primeira Companhia Destacada em Niterói, no RJ” <https://glo.bo/2QGmU04>.

dessa medida, segundo os moradores do Palácio, deveria ser buscada na situação de vizinhança *palaciana*. Ofuscado entre o esplendor arquitetônico dos prédios luxuosos da Boa Viagem e o casario antigo do Ingá²³, o Palácio é uma favela "com vistas para o mar". A vista privilegiada, entretanto, expunha a favela à pressões de opinião pública que, naquele período, tinha levado também a instalação de bases em outras duas favelas próximas, o Preventório e o Morro do Estado, no esteio das reivindicações de expansão do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) para Niterói, encabeçada pelo então prefeito da cidade.

Por cerca de quatro anos, a instalação da base refletiu uma relativa calmaria, com o fim das *tentativas de invasão e retomada* pelo grupo de *crias* expulso do Palácio em 2013. A presença do efetivo policial funcionava como um tipo de "reforço" para o grupo vitorioso. Em 2017, entretanto, um novo conflito armado entre os grupos rivais trouxe o Palácio novamente para as manchetes de jornal. Como em 2013, a ação da polícia tinha sido a responsável por desencadear aquele novo ciclo de violência. Naquela época, a morte do *dono do morro* durante uma *operação policial* tinha desencadeado uma crise sucessória na *boca*. Quatro anos depois, uma série de *operações* da polícia, dizia-se à época, tinha dizimado o grupo de *crias* que tinha saído vitorioso em 2013. Logo retornaram as *tentativas de invasão* e, à boca miúda, comentava-se que a quebra

²³ Dois bairros de classe média e classe média-alta da região das Praias de Baía em Niterói, cidade média litorânea brasileira, fundada, segundo a historiografia oficial, no ano de 1573 pelo cacique temiminó Araribóia, que (em tupi-guarani) significa "cobra da tempestade". A cidade possui 52 bairros registrados e encontra-se dividida em 5 (cinco) macro-regiões administrativas: Praias de Baía, Norte, Pendotiba, Oceânica e Leste. A região das Praias de Baía possui os melhores índices socioeconômicos do município em termos de renda domiciliar *per capita*, escolaridade, acesso a equipamentos urbanos e serviços públicos. O município ocupa uma área de 129,3 km², 100% urbana, situada na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro (RMRJ), com quase 500.000 habitantes, belas paisagens naturais e o segundo melhor IDHM do país (0.837 de uma escala de 1). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é "renda", com índice de 0,887, seguida de "longevidade", com índice de 0,854, e de "educação", com índice de 0,773, segundo o site atlasbrasil.org que reúne informações do IPEA, da Fundação João Pinheiro e do PNUD sobre desenvolvimento [em 01/08/2020].

dos "pactos" vigentes tinha trazido os GATs (Grupo de Ações Táticas)²⁴ de volta ao Palácio em busca da "meritória"²⁵, objeto de cobiça no meio policial militar fluminense (Ramos, 2017).

Nos episódios de letalidade ocorridos durante *operações policiais* no Palácio naquela época, um em especial chamou a nossa atenção. O episódio em questão me foi relatado como o "bote na boca do Palácio". Na ocasião, Sílvio²⁶, um jovem de 23 anos, foi alvejado na porta do estabelecimento comercial de seu sogro. Os disparos foram desferidos por um homem não identificado que, segundo relatos, parecia um "viciado comum" à procura da *boca de fumo*. Ao se aproximar do grupo, o homem teria sacado uma arma abrindo fogo contra os *bandidos*, atingindo o jovem Sílvio. Na época, consolidou-se no rumoroso ambiente das relações entre "polícia" e "comunidade" (Menezes, 2018) a versão que atribuía a autoria do ataque à PM. "Eu converso muito com polícia, então eles me explicam, os caras são da PATAMO do capitão, o capitão chega pra eles e diz 'meu irmão, você tem que me trazer 5 mil, dá teu jeito', e os caras tem que correr atrás senão eles perdem o privilégio, entendeu?", disse um morador. O uso de "paisanos", ou seja, de agentes não-policiais nas *operações*, seria uma prática comum dos GATs.

²⁴ Os policiamentos táticos (GAT, PATAMO) ocupam cerca de 5% do efetivo pronto de um batalhão médio da PMERJ. São esses policiais os principais responsáveis pelas operações em favelas da RMRJ. O GAT é uma modalidade de policiamento de guarnição, em que um grupo de quatro a oito policiais, divididos em duas ou mais viaturas, é responsável por intervenções que necessitem o emprego tático de força com vistas a assumir o controle de uma situação crítica. Na prática, o GAT é considerado um policiamento de "pista" voltado para "fazer guerra" e que demanda um determinado tipo de perfil de policial (Albernaz, 2010; Ramos, 2018). Segundo Rodrigo Nogueira, ex-policial militar e autor de "Como Nascem os Monstros", em entrevista ao site APublica.org: "(...) você vai formando e selecionando por esse critério. Se você é duro, você vai trabalhar na patrulha, no GAT (Grupamento de Ações Táticas), na Patamo (Patrulhamento Tático Móvel)... Agora você que é mais sensato, que não vai se permitir determinadas coisas, não tem condições de você trabalhar nos serviços mais importantes. Não tem como o camarada sentar no GAT se não estiver disposto a matar ninguém. Não tem como. E não é matar só o cara que tá com a arma na mão ali, é matar porque a guarnição chega a essa conclusão: 'Não, aquele cara ali a gente tem que matar.' Aí é cerol mesmo. Se você não estiver disposto a participar disso aí, tu não vai sentar no GAT, não vai sentar numa patrulha nunca (...)". Link para a matéria completa <https://bit.ly/3go1G1n> [em 12/05/2020]. Segundo um sargento PM da ativa, em entrevista ao pesquisador Leonardo Ramos (2017), "o critério para este tipo de trabalho [de GAT] é que alguém sabe que você vai fazer a maldade que tem que se fazer" (p.32).

²⁵ Muito embora não necessariamente se refira a qualquer critério objetivo de aferição de performances, a expressão "meritória", por sua vez, deriva da palavra "mérito" e é utilizada no jargão policial para se referir a todos os benefícios formais e informais auferidos pelo/a policial em decorrência de seu desempenho afinado às prioridades estabelecidas por comandantes e superiores hierárquicos, como folgas e prêmios em dinheiro.

²⁶ Nome fictício.

O negócio do Sílvio, aquilo foram os caras da PATAMO, eles mandaram um maluco armado que não era polícia pra dar o bote na boca e o cara acabou matando um morador, mas os caras já estavam na favela; a gente tava achando que era invasão, mas eram os caras da PATAMO; quando mataram o 'frente' aqui também, foi a mesma coisa, a gente achando que era invasão, mas era a polícia; e os polícia do container [Companhia Destacada da PM] não sabem de nada, eles ficam rendidos²⁷.

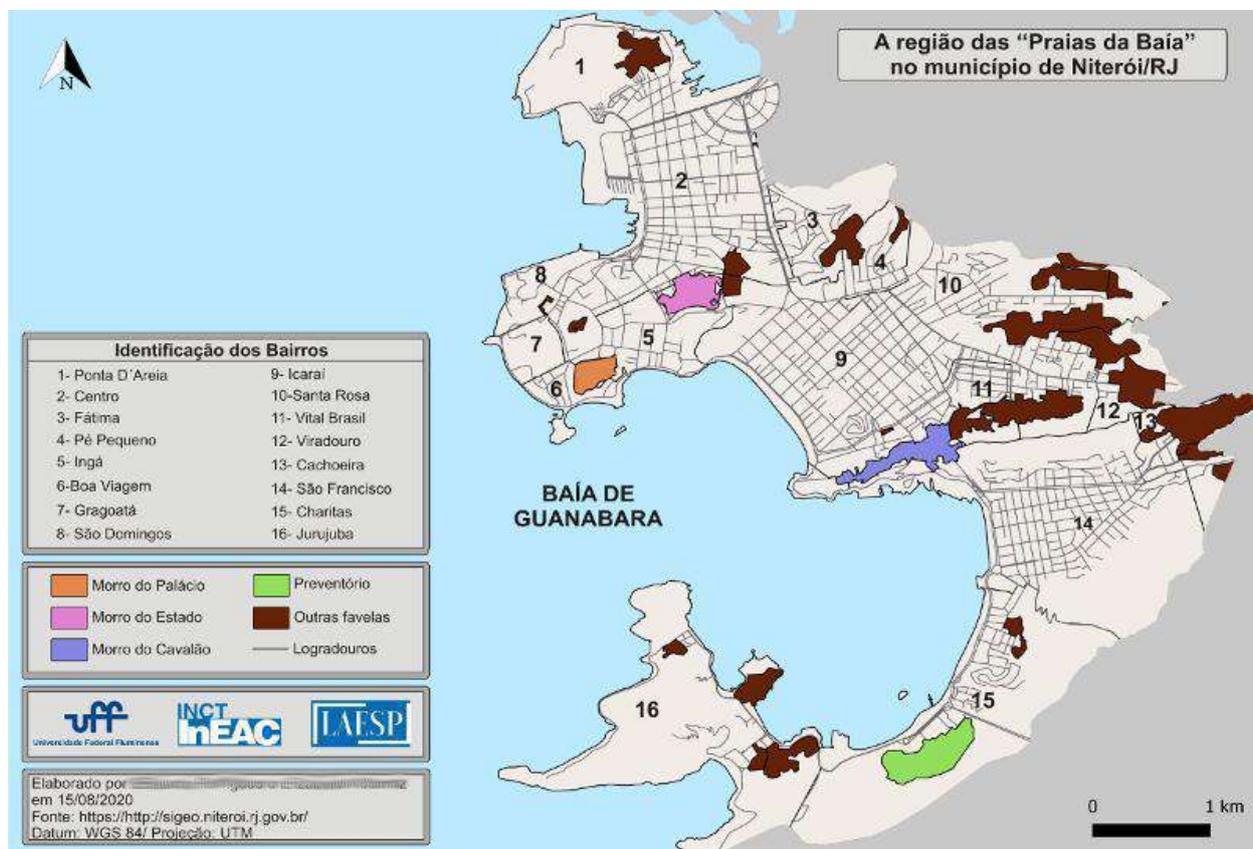
Acompanhadas nas reuniões do Conselho Comunitário de Segurança (CCS) de Niterói, as mortes ocorridas no Palácio naquele período converteram-se em reputação para comandantes de Companhias, felicitados por suas "operações de combate ao tráfico de drogas" em favelas da região. "Gostaria de parabenizar o [nome] pelo ótimo trabalho que ele tem desempenhado a frente da região; parabéns, comandante, pela ocorrência no Preventório", disse um morador de São Francisco, bairro vizinho ao Morro do Preventório, se referindo a morte de um "traficante que se evadia da favela na garupa de uma moto". As lideranças comunitárias de favela, quando presentes, evitavam se pronunciar nas reuniões por medo de represálias, seja do *movimento*, seja da polícia. Seu silêncio, por vezes, continha certa reiteração da conduta da polícia. Muitas pessoas no Palácio, por exemplo, eram bastante pragmáticas em relação a quem escolhe a "vida de bandido", manifestando uma satisfação discreta quando a violência da polícia atingia as pessoas "certas", poupando os "moradores"²⁸.

²⁷ Relato colhido em entrevista com um morador do Palácio. Estas (e outras) estratégias de produtividade são relatadas também pelo ex-praça da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Rodrigo Nogueira, em seu "livro de memórias" da época em que ainda era um membro ativo da corporação, "Como Nascem os Monstros", editado em 2013, pela Topbook.

²⁸ Borges (2019) observa fenômeno semelhante a partir do uso da categoria "deu mole" enquanto explicação nativa do infortúnio de moradores baleados e/ou mortos em confrontos armados entre policiais e traficantes numa favela do Rio de Janeiro.

Figura 2

A região das “Praias da Baía” no município de Niterói/RJ



Fonte: UFF/INCT InEAC/LAESP.

À despeito da ausência de suas lideranças, a *favela* era presença constante nas reuniões; não como voz autônoma e creditável, mas como autoria usurpada, imagem imposta de fora. Sua presença nas reuniões servia para lembrar aos presentes da situação excepcional em que operariam as forças policiais, justificando sua forma de atuar na *favela* por meio da ideia de “ausência”, como se o “problema da favela” fosse a falta de Estado e não seus excessos. Em todo caso, a segurança parecia operar como causa e efeito para sua própria necessidade num ciclo fechado de autodeterminação e legitimação, como um problema “em princípio” capaz de se sustentar em seus próprios termos e superar quaisquer resistências, seja da lei, seja da sociedade (Agamben, 2004, 2014; Bauman, 2005).

EU QUERO É SER PM NO SUBÚRBIO!

Pensar em subúrbio no Rio de Janeiro é pensar num conjunto de diferentes representações construídas sobre um recorte específico do urbano. Como argumentam Guimarães e Davies (2018), existe um certo consenso na literatura acadêmica sobre o que seria o "subúrbio carioca". As narrativas sobre tal espaço geralmente mobilizam um conjunto de representações sobre bairros atravessados pelas linhas do trem e pelas ideias de "pobreza", "subalternidade" e "classes populares", em contraposição simbólica ao "centro" e a outras regiões mais abastadas da cidade. Com efeito, nem todo local distante das áreas centrais do Rio é assim reconhecido enquanto subúrbio. Na verdade, mesmo parte dos bairros cariocas hoje classificados enquanto suburbanos, até o final do século XIX, compreendiam tanto os locais de moradia de segmentos da classe média, como também as áreas onde casas de veraneio da nobreza imperial eram construídas (Fernandes, 2001, p. 53). Não havia até então qualquer tipo de estigma sobre esses locais.

Como observa Soares (1990), o ideário negativo ligado ao subúrbio, iniciado somente no início do século XX, só foi consolidado com o desdobramento das políticas implementadas pelo Estado Novo (1937-1945) através da eletrificação dos trens, a construção de conjuntos habitacionais, a abertura de vias expressas e amplas obras de saneamento e urbanização. Tal processo - que marca uma diferença fundamental sobre as representações de subúrbio entre o Rio e outras cidades - levou a autora a cunhar o "conceito carioca de subúrbio", sustentado pelas ideias do transporte ferroviário, da pobreza e das relações de dependência com o "centro" pelo comutar diário entre o local de moradia e o local de trabalho dos seus moradores (Soares, 1990, p. 141).

Por outro lado, a representação hegemônica negativa sobre o subúrbio oblitera algumas dimensões importantes dessa porção do Rio. Se compreendido também

enquanto uma “região moral”, ou seja, enquanto uma região delimitada a partir de “hábitos e costumes das pessoas que a habitam” (Park, 1976, p. 29), o subúrbio evoca valores comunitários erigidos sobre a valorização dos vínculos familiares, dos laços de amizade, solidariedade e na pessoalidade das relações (Carneiro, 1982, p. 134). Ou ainda, o subúrbio pode ser lido não apenas em contraposição aos sentidos do “individualismo”, da “liberdade” e da “modernidade” inscritos na zona sul (Velho, 2002), mas também enquanto local de moradia de setores médios urbanos que não se encontram tão distantes assim dos costumes e valores que orientam as relações cotidianas noutras partes da metrópole carioca (Heilborn, 1984). De modo geral, as últimas décadas receberam uma série de trabalhos que apontam a complexidade social compreendida pelo subúrbio, de maneira a relativizar não somente uma série de representações já consolidadas sobre ele, como também a construir possíveis novas problematizações (Misse, 1997; Castro, 1999; Alvim e Paim, 2000; Fernandes, 2001; Ribeiro, 2003; Fernandes & Oliveira, 2010; Maciel, 2010; Piñon, 2010; Pires, 2011; Cecchetto, Monteiro & Vargas 2012; entre outros).

Diante disso, sugerimos falar também em *subúrbio* não apenas como um mero recorte, ou mesmo enquanto uma espécie de “palco” onde as ações sociais são levadas a cabo. O *subúrbio* é, sobretudo, parte de uma *política escalar* (MacKinnon, 2010) conformada pela capacidade estratégica de certos atores sociais em agir no espaço. Para uma parte significativa dos candidatos à carreira de “soldado” da PMERJ, o *subúrbio* é o local preferencial de trabalho no cotidiano das ruas. A maioria dos futuros PMs cariocas são suburbanos que possuem parentes, cônjuges, amigos, colegas ou vizinhos que já são policiais ou amigos de policiais que moram ou trabalham nessa região da cidade. Mesmo ainda não sendo parte formal dos quadros da corporação, diversos candidatos acompanhados pela pesquisa já estão inseridos, de maneira mais ou menos estabelecida, nas “malhas” (Kant de Lima, 2019) que operacionalizam as práticas policiais do dia a dia.

O caso do candidato Ricardo²⁹ pode ser ilustrativo nesse sentido, contribuindo também para uma compreensão mais complexa dos horizontes motivacionais implicados nas *operações policiais*. Sua escolha pela polícia não se limita à estabilidade do cargo público e ao salário razoável para o nível de ensino médio³⁰. Oriundo de uma família humilde, nascido e criado no *subúrbio carioca*, Ricardo estudou em escolas públicas de bairro e formou-se “técnico em enfermagem”, profissão que jamais exerceu. É casado, trouxe sua mulher para o Rio para morar com ele numa casa nos fundos da residência da irmã e do cunhado também no *subúrbio*. Ricardo trabalha hoje como motorista de *Uber* por toda a RMRJ, embora prefira circular pelas localidades onde possui “maior conhecimento”.

A opção de Ricardo pela polícia está voltada, em primeiro plano, para a possibilidade de ganhar dinheiro o mais rápido possível. Aos 25 anos, ainda não conseguiu se estabelecer dentro das carreiras profissionais que tentou e se revela preocupado com o futuro. Influenciado por um tio e por um primo (ou seja, pai e filho) que são PMs e trabalham em batalhões distintos no *subúrbio*, ele explica suas referências de “modelos” de sucesso e símbolos de *status*:

Eu fico vendo meu primo. Pô, ele é novo, não tem nem 30 anos e foi a ‘cabo’ agora (foi promovido de patente, passando de ‘soldado’ para “cabo”). Já tá com a casa dele arrumada, tem uma *Hilux* (caminhonete 4X4 da montadora japonesa Toyota) nova, toda blindada. O carro é blindado! Ele vive saindo, precisa ver quando ele sai... é só *whisky* e energético 'regado'. O cara tem uma vida, claro que não é uma vida tranquila, mas ele tá conseguindo as coisas dele aos poucos. Eu entrando pra polícia, ele e meu tio já

²⁹ Nome fictício.

³⁰ Durante os meses do curso de formação, o futuro soldado da PMERJ recebe um salário de R\$ 2.213,62. Após o período de estudos, que dura em média seis meses, o salário inicial da carreira salta para R\$ 3.452,55. Os valores fazem referência ao “salário bruto” dos recrutas e policiais em novembro de 2020.

falaram, eles conseguem me ajudar. De repente eu 'dou sorte' e eles conseguem me 'puxar' pra trabalhar com eles. Os caras já são 'cascudo' da 'pista', da 'guerra'. Mas enquanto meu dia não chega, eu tô aqui, cheio de 'boleto' (contas em geral) pra pagar, dirigindo *Uber* o dia todo. Vou sair do curso aqui e vou ter que 'cair pra dentro'. Não dá não. Isso aqui não dá pra mim não.

Como nos fala Castilho (2006), o consumo de certos bens pode ser um fator importante de inclusão social, de pertencimento e de conformação de outras identidades entre as classes ditas populares. Para Ricardo, entrar para polícia significa "ter uma vida", ou seja, possuir condições materiais para "ter uma casa arrumada", uma *pickup* de luxo ou mesmo sair para se divertir sem se preocupar com as contas da boate no final da noite. O suporte de familiares, amigos e conhecidos que já são PMs, neste sentido, aparece como fundamental na realização de suas perspectivas de ascensão social. São estas pessoas que poderão orientar os policiais "novatos" com relação às técnicas e aos possíveis rendimentos de suas ações (ou inações). Para Ricardo, a ajuda do tio e do primo são fundamentais, pois eles já são policiais ditos "cascudos", "antigos", mais experimentados³¹.

A experiência acumulada pelos "cascudos" é associada a outras duas categorias do universo policial: a "pista" e a "guerra". A conjugação dessas formas de representar a atividade ostensiva de polícia - inclusive através de agenciamentos "extralegais" (Telles & Hirata, 2010) ligados à práticas de extorsão, ameaça e da violência física - viabilizaria a negociação de diferentes "mercadorias políticas" por parte dos agentes (Misse, 2010). Ricardo, por exemplo, enxerga as ruas do *subúrbio* como um espaço mais favorável para o trabalho policial, realizado com um nível de constrangimento menor do que em outras áreas da cidade:

³¹ Assim como os lutadores de *jiu-jitsu* "casca-grossas" estudados por Cecchetto (2004, p. 71).

Trabalhar na zona sul? Não fode! Lá tem juiz, deputado... tu pega um 'playboyzinho maconheiro' qualquer e não pode nem dar um tapa no filho da puta. É arriscado alguém te 'enquadrar'. Aqui não, aqui o pessoal já olha pro policial, pra farda dele, pro fuzil, pra arma e respeita a gente. Eu quero ser PM no subúrbio!

Os familiares de Ricardo trabalham em batalhões com altíssimos índices de letalidade policial. Ele assevera: “meu tio e meu primo sempre falam: trabalhar nos batalhões X e Y é trocar tiro todo dia”. Uma parte importante dos *hotspots* identificados pelo mapa na primeira parte do artigo respondem por *operações policiais* que foram realizadas por esses batalhões. Grosso modo, o desejo de “ir para guerra” parte de uma lógica de investimento de risco que pode trazer distintos rendimentos para Ricardo. Do ponto de vista material, participar das *operações* permite acessar toda uma dinâmica própria de “arregos” (Pires, 2010) e “passes” (Rodrigues, 2021) através de práticas de extorsão a traficantes, apreensão e revenda ilegal de drogas e armas, compartilhamento de informações privilegiadas sobre investigações, crimes, mortes e outros elementos estratégicos para a geopolítica local.

A “vida” que o primo de Ricardo tem foi construída, em grande medida, pelo dinheiro conseguido na “sacanagem”³². Nosso interlocutor admite que um “cabo” da PMERJ jamais poderia arcar com o estilo de vida que o primo leva. Tal estilo, ademais, deve levar em conta também os riscos envolvidos em tais agenciamentos. Segundo Ricardo, além de ter a caminhonete blindada, o primo anda o tempo todo no veículo com dois fuzis - resultado de apreensões ilegais de armas outrora propriedade de traficantes. Por medo de ser reconhecido, ele também usa “touca ninja” para esconder o rosto quando escalado para alguma *operação*, uma vez que as favelas onde o primo atua localizam-se na mesma

³² No universo policial, a “sacanagem” é a categoria nativa que designa qualquer atividade ilegal praticada por policiais geralmente com o intuito de auferir lucros.

área de residência dele e da sua família. Ou ainda, quanto aos seus círculos de amizades e pessoas próximas, a maioria deles são ligados ao universo policial, sendo que as "saídas" nos momentos de folga são em festas fundamentalmente ligadas a pessoas próximas desse universo, com a presença de outros colegas e amigos policiais.

Mesmo assim, Ricardo acredita que os rendimentos das *operações* compensam os riscos dado o estilo de vida que o primo leva. De um ponto de vista simbólico, o próprio elemento "risco" é compreendido dentro de um sentido de positividade na visão nativa. Em outras palavras, os possíveis futuros policiais compreendem que o risco de "trocar tiro com vagabundo", matar e eventualmente prender criminosos, ou ainda, na medida do possível, apreender drogas e armas, são partes de uma rotina profissional que valoriza a imagem não somente dos policiais, como também da própria corporação. Existe todo um mercado de reputações extremamente dinâmico construído em torno da lógica da "guerra". Nesse mercado, existe um elemento importante no que toca o trabalho nas ruas e principalmente nas *operações* em favelas, que diz respeito a um sentido próprio de masculinidade atrelado a valores como "bravura", "força", "honra" e "respeito". Tais elementos, que conformam um sentido hegemônico de "ser homem" na PMERJ, encontram, no risco, o elemento capaz de reafirmar cotidianamente tais sentidos da *hombría* (Pitt-Rivers, 1965; Gilmore, 1994; Guttman, 1999) através da prática policial cotidiana. Como demonstra Lois (2005), os "trabalhos-limite" (*edge work*) que envolvem situações de alto risco espelham também importantes distinções de gênero no tocante aos seus sentidos produzidos. Como me disse uma vez Ricardo: "pra ser PM no Rio de Janeiro tem que ter 'culhão'".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo consolida uma reflexão sobre a importância da “regionalização” dos impactos da violência urbana sobre diferentes segmentos e espaços do Rio de Janeiro e sua Região Metropolitana. Essa abordagem metodológica, aliando preocupações sobre valores e representações ao repertório da análise escalar da geografia, está sendo aplicada na pesquisa “Covid-19: impactos da pandemia na segurança pública da metrópole carioca”, desenvolvida pelo Laboratório de Estudos sobre Conflito, Cidadania e Segurança Pública (LAESP/UFF) desde março de 2020. Nesta empreitada, os autores deste artigo encontram-se dedicados a perseguir as controvérsias públicas e representações acerca da realização das chamadas “operações policiais” em favelas. A pesquisa geral toma por referência as reações governamentais à pandemia em seus efeitos humanos, políticos, econômicos e, principalmente, regulatórios.

Enquanto primeiro resultado deste conjunto de reflexões, o artigo procurou mostrar que mais do que apenas uma categoria descritiva sobre ações táticas de “combate” ao tráfico varejista de drogas, as *operações policiais* em favelas se inscrevem num amplo horizonte semântico mobilizador de diferentes valores e rendimentos ligados ao universo policial nas escalas da nossa pesquisa. Neste diapasão, buscamos chamar a atenção dos leitores e leitoras para a centralidade das *operações* para a organização policial militar em dois sentidos principais. Num primeiro plano, que pode ser dito mais “distante”, trabalhamos com a ideia de que, durante a pandemia, a PMERJ buscou se reafirmar como uma espécie de “espada independente”³³ em relação ao próprio Estado. Com isso queremos dizer que, além de se mostrar impermeável ao controle social, a polícia militar buscou afirmar seus próprios interesses na dinâmica de regulação violenta de diferentes

³³ Terminologia utilizada por um praça da Polícia Militar, na graduação de Cabo, do sexo masculino, entrevistado pela pesquisa.

territórios no Rio de Janeiro durante o período. Em um plano mais “próximo”³⁴, do cotidiano de relações espacialmente situadas, dedicamo-nos, por meio de nossas etnografias, à exploração da relação entre a realização de *operações policiais* e as características dos espaços sociais em que estas ocorrem, chamando atenção para a construção de um campo de motivações que faz referência – sem, entretanto, se restringir – ao que Howard Becker (2008) chama de “situação de trabalho da polícia”³⁵.

Da mesma forma, o artigo procurou mostrar que a falta de uma maior precisão quanto à definição do que seria uma *operação policial*, bem como de qualquer protocolo mais claro que justifique essas ações acaba por permitir o seu uso indiscriminado por parte das polícias mesmo no contexto de grave crise social e sanitária ocasionado pela pandemia da Covid-19. Logo, as *operações policiais* nos parecem muito mais um conjunto de práticas e discursos voltados para a conformação de mercados que tomam os confrontos armados enquanto mecanismo gerador de distintos rendimentos para os próprios policiais - seja através do “bote” numa boca de fumo no Morro do Palácio, ou mesmo no *projeto* profissional de possíveis futuros policiais militares em patrulhar territórios onde as *operações* mais ocorrem. No final das contas, a ocorrência (ou não) de uma *operação* sugere compreender algumas formas do “fazer Estado” através de interesses posicionados e práticas de mercado que tomam a violência armada enquanto produtora de valores materiais e simbólicos para os policiais envolvidos

³⁴ Inspiramo-nos aqui no que Henri Lefebvre (1999) chama de “ordem distante” e “ordem imediata”. No primeiro caso, o autor se refere a ordem dos processos globais que produzem o espaço como uma forma de “prescrição” (industrialização, globalização, neoliberalismo etc.); no segundo caso, se refere a cidade como “possibilidade”, como um “espaço vivido” de valores corporificados e relações reais, formada como uma ordem intermediária da realidade social e dos fenômenos acontecendo nas passagens entre esses dois planos de análise.

³⁵ Segundo Howard Becker (2008), a polícia não nutre um interesse especial em reforçar o conteúdo das regras propriamente ditas; seu interesse é modulado por uma avaliação privada da importância dos vários tipos de regras e infrações, que diferem, muitas vezes, do que é entendido como relevante para o público em geral. Para essa avaliação, as prioridades institucionais, metas e valores corporativos seriam mais relevantes que a própria lei para explicar a decisão policial de reforçar ou não uma regra. Nas palavras do autor, “[o]s impositores [de regras], portanto, respondendo às pressões de sua própria situação de trabalho, aplicam as regras e criam outsiders de forma seletiva. Se uma pessoa que comete um ato desviante será de fato rotulada de desviante depende de muitas coisas alheias ao seu comportamento efetivo: depende do agente da lei sentir que dessa vez deve dar alguma demonstração de que está fazendo o seu trabalho a fim de justificar a sua posição; de o infrator mostrar a devida deferência ao impositor; de o intermediário entrar em ação ou não; e de o tipo de ato cometido estar incluído na lista de prioridades do impositor” (idem:165-166).

em tais ações. Por fim, esperamos ter contribuído, a partir de nossas pesquisas, para uma melhor compreensão das resistências demonstradas pelas organizações policiais – em especial, a Polícia Militar – em se submeter aos controles democráticos e limitações colocados pelo julgamento da ADPF 365.

REFERÊNCIAS

Abrams, Philip (2006). Notes on the difficulty of studying the State. In Aradhana Sharma & Akhil Gupta (Eds.). *The anthropology of the State: a reader* (pp. 112-130). Malden: Blackwell Publishing.

Abreu, Maurício A. (2008). *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SMU/IPP.

AFP (2020). 'Tirroteios interrompem ações voluntárias contra Covid-19 no Complexo do Alemão. *Estado de Minas*. Recuperado em 19 novembro, 2020 de: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/04/27/interna_nacional,1142364/tirroteios-interrompem-acoes-voluntarias-contra-covid-19-no-complexo-do.shtml.

Agamben, Giorgio (2013). *From the State of control to the praxis of destituent power*. Palestra pública em Atenas. Recuperado em 20 agosto, 2020 de: <http://roarmag.org/2014/02/agamben-destituentpower-democracy>.

Agamben, Giorgio (2004). *Estado de exceção* (2a ed). São Paulo: Boitempo.

Albernaz, Elizabete R. (2018). *Palácios sem reis, democracias sem cidadãos: política, cotidiano e a formação de mercados da exclusão em dois contextos do "sul-global"*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.

Albernaz, Elizabeth R. (2015a). Sobre legitimidade, produtividade e imprevisibilidade: seletividade policial e a reprodução da ordem social no plano de uma certa "política do cotidiano". *Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, 17(2), 86-99.

Albernaz, Elizabeth R. (2015b). "Faro Policial": um estudo de caso acerca dos critérios de construção e operação de padrões de suspeição e seletividade na ação policial. *Anais Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, Caxambu, MG, Brasil, 39º.

Albernaz, Elizabeth R. (2010). Na fronteira entre o bem e o mal: ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos cariocas. *Caderno CRH*, 23(60), 525-539.

Alvim, Rosilene & Paim, Eugênia (2000). Os jovens suburbanos e a mídia: conceitos e preconceitos. In Rosilene Alvim & Eugênia Paim. *Juventude anos 90: conceitos, imagens, contextos* (pp. 13-34). Rio de Janeiro: Contra Capa.

Baqui, Pedro, Bica, Ioana, Marra, Valério, Ercole, Ar, & Van Der Schaar, Michaela (2020). Ethnic and regional variations in hospital mortality from Covid-19 in Brazil: a cross-sectional observational study. *Lancet Glob Health*, 8, 1018-1026.

Barreto Filho, Herculano (2020). Com 2 mortes, Rocinha vê aumento de moradores com sintomas de covid-19. *UOL*. Recuperado em 19 novembro, 2020 de: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/09/com-4-confirmacoes-de-covid-19-rocinha-tem-ao-menos-50-suspeitas-por-dia.htm>.

Bauman, Zygmunt (2005). *Liquid fear*. Cambridge: Polity press.

Becker, Howard S. (2008). *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. São Paulo: Companhia das Letras.

Bourdieu, Pierre (2013). Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Estudos Avançados*, 27(79), 133-144.

Bourdieu, Pierre (1997). Efeitos de lugar. In Pierre Bourdieu (Org.). *A miséria do mundo* (pp. 159-166). Petrópolis: Vozes.

Bourdieu, Pierre (1984). *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. Boston: Harvard university press.

Brama, Leonardo (2019). *As diversas milícias do Rio de Janeiro: entre expansões práticas e semânticas*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense. Niterói, Brasil.

Calixto, Bruno (2020). "Nem a milícia eles respeitam mais", diz moradora de Rio das Pedras". *Extra, Casos de Polícia*. Recuperado em 19 novembro, 2020 de: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/nem-milicia-eles-respeitam-mais-diz-moradora-de-rio-das-pedras-24408135.html>.

Carneiro, Sandra M. C. S. (1982). *Balão no céu, alegria na terra: um estudo sobre as representações e a organização social dos baloeiros*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Castilho, Sérgio (2006). Memória, experiência urbana e consumo entre famílias populares no bairro Jacintinho, Maceió, Nordeste do Brasil. In Débora K. Leitão, Diana N. O. Lima, & Rossana P. Machado (Orgs.). *Antropologia e consumo: diálogos entre Brasil e Argentina* (pp. 141-157). Porto Alegre: AGE.

Castro, Iná E. (2014). Escala e pesquisa na geografia. Problema ou solução? *Revista Espaço Aberto*, 4(1), 87-100.

Castro, João P. (1999). Não tem doutores da favela, mas na favela tem doutores. Padrões de interação em uma favela do subúrbio carioca nos anos 90. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Cecchetto, Fátima (2004). Violência e estilos de masculinidade. Rio de Janeiro: FGV.

Cecchetto, Fátima, Monteiro, Simone, & Vargas, Eliane (2012). Sociabilidade juvenil, cor, gênero e sexualidade no baile charme carioca. *Cadernos de Pesquisa*, 42(146), 454-473.

Cecchetto, Fátima, Muniz, Jacqueline, & Monteiro, Rodrigo (2018). A produção da vítima empreendedora de seu resgate social: juventudes, controles e envolvimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(9), 2803-2812.

Cohen, Abner (1969). Political anthropology: the analysis of the symbolism of power relations. *Man, New Series*, 4(2), 215-235.

Das, Veena & Poole, Deborah (2004). State and its margins: comparative ethnographies. In Veena Das & Deborah Poole (Eds.). *Anthropology in the Margins of the State* (pp. 3-33). Oxford: James Currenry.

Durkheim, Émile (1994). Representações individuais e representações sociais. In Émile Durkheim. *Sociologia e filosofia* (pp. 9-54). São Paulo: Ícone.

Eilbaum, Lucia, Kant de Lima, Roberto, & Medeiros, Flávia S. (2017). *Casos de repercussão": perspectivas antropológicas sobre rotinas burocráticas e moralidades*. Rio de Janeiro: Consequência.

Fernandes, Néelson N. (2011). *O rapto ideológico da categoria subúrbio*: Rio de Janeiro 1858/1945. Rio de Janeiro: Apicuri.

Fernandes, Néelson N., & Oliveira, Alfredo C. (2010). Marechal Hermes e as (des)conhecidas origens da habitação social no Brasil: o paradoxo da vitrine não vista. In Márcio P. Oliveira & Néelson N. Fernandes (Orgs.). *150 anos de subúrbio* (pp. 22-48). Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/EdUFF.

Fortes, Alexandre, Oliveira, Leandro D. (2020). Covid-19 na Baixada Fluminense: o tsunami se aproxima. **Portal UFRRJ**, Recuperado em 19 novembro, 2020 de: <https://portal.ufrj.br/covid-19-na-baixada-fluminense-o-tsunami-se-aproxima/>.

Geertz, Clifford (1996). Centros, reis e carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder. In Clifford Geertz. *O saber local* (pp. 182-219). Petrópolis: Vozes.

Gilmore, David D. (1994). *Hacer-se hombre. Concepciones culturales de la masculinidad*. Barcelona: Paidós.

Goffman, Alice (2015). *On the run: fugitive life in an American city*. Toronto: Picador.

Gomes, Paulo C. C. (1995). O conceito de região e sua discussão. In Iná E. Castro, Paulo C. C. Gomes, & Roberto L. Corrêa (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas* (pp. 50-73). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Goulart, Gustavo (2020). Pela quinta vez em menos de um mês ações sociais são interrompidas pela polícia em comunidades. *Extra, Casos de Polícia*. Recuperado em 19 novembro, 2020 de: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/pela-quinta-vez-em-menos-de-um-mes-acoes-sociais-sao-interrompidas-pela-policia-em-comunidades-24440651.html>.

Guimarães, Cléo (2020). Toque de recolher dos bandidos freou a Covid-19 em favelas', diz médico. *Veja Rio*. Recuperado em 19 novembro, 2020 de: <https://vejario.abril.com.br/beira-mar/toque-recolher-bandidos-freou-coronavirus-favelas>.

Guimarães, Roberta S. & Davies, Frank A. (2018). Alegorias e deslocamentos do "subúrbio carioca" nos estudos das Ciências Sociais (1970-2010). *Sociologia & Antropologia*, 8(2), 457-482.

Gutmann, Matthew (1997). A cultural genealogy of machismo: Mexico and United States, cowboys and racism. *Horizontes Antropológicos*, 5, 105-139.

Heilborn, Maria L. (1984). Visão de Mundo e éthos em camadas médias suburbanas no Rio de Janeiro. *Ciências Sociais Hoje (Anuário de Antropologia, Política e Sociologia)*, 88-99.

Heringer, Carolina (2020). Ex-chefe de milícia grava vídeo e diz que vai para as ruas matar "coronavírus e outros germes". *Extra, Casos de Polícia*. Recuperado em 19 novembro, 2020 de: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/ex-chefe-de-milicia-grava-video-diz-que-vai-para-as-ruas-matar-coronavirus-outros-germes-24358347.html>.

Hirata, Daniel, Grillo, Carolina, & Dirk, Renato (2020). Efeitos da Medida Cautelar na ADPF 635 sobre as operações policiais na Região Metropolitana do Rio de

Janeiro. *Boletim extraordinário CAAF/Unifesp de enfrentamento da Covid-19*, 7, 31-38.

Jansen, Roberta (2020). Quatro das maiores comunidades do Rio tiveram confirmadas mortes por covid-19. *UOL*. Recuperado em 19 novembro, 2020 de: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/04/08/quatro-das-maiores-comunidades-do-rio-tiveram-confirmadas-mortes-por-covid-19.htm>.

Kant de Lima, Roberto (2019). *A polícia na cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos* (3a ed). Rio de Janeiro: Forense.

Leach, Edmund (1998). *Sistemas políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Edusp.

Lefebvre, Henri (1999). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG.

Leitão, Leslie, Rianelli, Erick, Fernandes, Filipe, & Santos, Guilherme (2020). Traficantes usam pandemia para criar 'Complexo de Israel' unindo cinco favelas na Zona Norte do Rio. *G1*. Recuperado em 19 novembro, 2020 de: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/24/traficantes-usam-pandemia-para-criar-novo-complexo-de-favelas-no-rio-deixam-rastro-de-desaparecidos-e-tentam-impor-religiao.ghtml>.

Leite, Márcia P. (2012). Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 6(2), 374-388.

Lima, Antonio C. S. (2012). Apresentação Dossiê Fazendo Estado: O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. *Revista de Antropologia*, 55(2), 559-564.

Lindner, Julia & Borges, André (2020). Saúde dialoga sim com o tráfico, com a milícia, diz Mandetta. *O Globo*. Recuperado em 19 novembro, 2020 de: <https://oglobo.globo.com/rio/saude-dialoga-com-traffic-milicia-diz-mandetta-24361014>.

Lois, Jennifer (2005). Gender and emotion management in the stages of edgework. In Stephen Lying (Ed.). *Edgework: the sociology of risk taking* (pp. 117-152). New York: Routledge.

Machado da Silva, Luiz A. (2008). Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In Luiz A. Machado da Silva (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro* (pp. 35-45). Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira.

Maciel, Laura A. (2010). Outras memórias nos subúrbios cariocas: o direito ao passado. In In Márcio P. Oliveira & Néelson N. Fernandes (Orgs.). *150 anos de subúrbio* (pp. 187-218). Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/EdUFF.

Mackinnon, Danny (2010). Reconstructing scale: towards a new scalar politics. *Progress in Human Geography*, 35(1), 21-36.

Marcus, George E. (1995). Ethnography in/of the world system. The emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, 24, 95-117.

Mattoso, Camila (2020). Declaração de ministro da Saúde sobre milícias e tráfico é citada pela ONU e irrita policias. *Folha de São Paulo*. Recuperado em 19 novembro, 2020 de: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/04/declaracao-de-mandetta-sobre-milicias-e-traffic-e-citada-na-onu-e-irrita-policias.shtml>.

Medeiros, Flávia (2020). [Operações policiais, produção de mortos e investigação de mortes: violência policial em meio à pandemia.](#) *Boletim extraordinário CAAF/Unifesp de enfrentamento da Covid-19*, 7, 4-7.

Menezes, Palloma (2018). Monitorar, negociar e confrontar: as (re) definições na gestão dos ilegalismos em favelas "pacificadas". *Tempo Social*, 30(3), 191-216.

Misse, Michel (2010). Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos. *Anuário Antropológico*, II, 89-107.

Misse, Michel (1997). As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio de Janeiro. *Contemporaneidade e Educação*, 2(1), 93-116.

Misse, Michel, Grillo, Carolina C., Teixeira, César P., & Néri, Natasha E. (2013). Quando a polícia mata: homicídios por 'autos de resistência' no Rio de Janeiro (2001-2011). Rio de Janeiro: Necvu/Booklink.

Mitchell, Timothy (2006). Society, economy and the State Effect. In Aradhana Sharma & Akhil Gupta (Eds.). *The anthropology of the State: a reader* (pp. 169-186). Malden: Blackwell Publishing.

Muniz, Jacqueline O. (1999). Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser. Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Nogueira, Rodrigo (2013). *Como nascem os monstros: a história de um ex-soldado da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Topbooks,.

Observatório da Segurança (2020a). Pesquisadores do RJ divulgam nota em apoio à ADPF das Favelas pela Vida. Recuperado em 22 novembro, 2020 de: <http://observatorioseguranca.com.br/tag/rede-fluminense-de-pesquisa/>.

Observatório da Segurança (2020b). Mortes em ações policiais explodiram em outubro. Recuperado em 22 novembro, 2020 de: <http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Observat%C3%B3rio-da-Seguran%C3%A7a-RJ-a%C3%A7%C3%B5es-policiais-em-outubro-2020.pdf>.

Park, Robert E. (1976). A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In Gilberto O. Velho (Org.). *O fenômeno urbano* (pp. 26-67). Rio de Janeiro: Zahar.

Peixoto, Guilherme (2020). Polícia do RJ se recusa a resgatar caminhão roubado que foi deixado em favela a 200 metros de batalhão da PM. *G1*. Recuperado em 22 novembro, 2020 de: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/26/policia-do-rj-se-recusa-a-resgatar-caminhao-roubado-que-foi-deixado-em-favela-a-200-metros-de-batalhao-da-pm.ghtml>.

Perlman, Janice E. (1977). *O mito da marginalidade – favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Pires, Lenin S. (2010). *"Arreglar" não é pedir arrego: uma etnografia de processos de administração institucional de conflitos no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.

Pires, Lenin S. (2011). *"Esculhamba, mas não esculacha!"*: Uma etnografia dos usos dos trens urbanos na Central do Brasil. Niterói: EdUFF.

Pitt-Rivers, Julian (1965). Honour and social status. In John G. Peristiany (Ed.). *Honour and shame: the values of Mediterranean society* (pp. 19-77). London: Weidenfeld and Nicolson.

Ramos, Leonardo S. (2017). *Entre a "judaria interna", a "pista salgada" e o "medo de se entregar": uma etnografia das representações de medo entre policiais militares do Estado do Rio de Janeiro*. Monografia de graduação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.

Ravel, Jaques (1998). Apresentação. In Jacques Ravel (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise* (pp. 7-15). Rio de Janeiro: FGV.

Ribeiro, Ana P. A. (2003). *Samba são pés que passam fecundando o chão... Madureira: sociabilidade e conflito em um subúrbio carioca*. Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Rodrigues, Eduardo O. (2021). Necropolítica: uma pequena ressalva crítica à luz das lógicas do "arrego". *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 14(1), 189-218.

Schutz, Alfred (1979). *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar.

Silva, Gabriel B. (2018). *"Quantos ainda vão morrer eu não sei": o regime do arbítrio, curtição, morte e a vida em um lugar chamado de favela*. Tese de doutorado em Ciências Sociais e Jurídicas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.

Soares, Maria T. S. (1990). Divisões municipais e limites externos do Grande Rio de Janeiro. In Lysia M. C. Bernardes & Maria T. Segadas. *Rio de Janeiro: cidade e região* (pp. 134-146). Rio de Janeiro: SMCTES.

Soares, Rafael (2020a). Ex-chefe de milícia trai quadrilha, vira traficante e ordena invasão na quarentena. *Extra, Casos de Polícia*. Recuperado em 19 novembro, 2020 de: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/ex-chefe-de-milicia-trai-quadrilha-vira-traficante-ordena-invasao-na-quarentena-24388810.html>.

Soares, Rafael (2020b). Crimes diminuíram nas áreas do Rio com maiores quedas de mortes pela polícia. *Extra, Casos de Polícia*. Recuperado em 19 novembro, 2020 de: https://extra.globo.com/casos-de-policia/crimes-diminuiram-nas-areas-do-rio-com-maiores-quedas-de-mortes-pela-policia-24591684.html?utm_source=WhatsApp&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar.

Soares, Rafael (2020c). Homicídios dolosos e mortes em operações despencaram no Rio em agosto. *Extra, Casos de Polícia*. Recuperado em 19 novembro, 2020 de: https://extra.globo.com/casos-de-policia/homicidios-dolosos-mortes-em-operacoes-despencaram-no-rio-em-agosto-24641403.html?utm_source=WhatsApp&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar.

Souza, Marcelo L. (2013). *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Telles, Vera S. & Hirata, Daniel V. (2010). Illegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social*, 22(2), 39-59.

Torres, Lívia, Martins, Marco A., & Campos, Chinima (2020). Pandemia faz cair índice de crimes, mas violência contra a mulher sobe, aponta relatório do MPRJ. *G1*. Recuperado em 19 novembro, 2020 de: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/21/pandemia-faz-cair-indice-de-crimes-mas-sobe-o-de-violencia-contr-a-mulher-aponta-relatorio-do-mprj.ghtml>.

Vasconcelos, Caê (2020). Polícia do Rio ataca suspensão de operações nas favelas por deixar criminosos viverem. *Ponte*. Recuperado em 19 novembro, 2020 de: <https://ponte.org/policia-do-rio-ataca-suspensao-de-operacoes-nas-favelas-por-deixar-criminosos-viverem/>.

Velho, Gilberto (2002). *A utopia urbana: um estudo de antropologia social* (6a ed). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Velho, Gilberto (1981). Prestígio e ascensão social: dos limites do individualismo na sociedade brasileira. In Gilberto Velho. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea* (pp. 39-54). Rio de Janeiro: Zahar.

Wacquant, Loïc (2009). *Punishing the poor: the neoliberal government of social insecurity*. Durham: Duke university Press.

Wacquant, Loïc (2001). Deadly symbiosis: When ghetto and prison meet and mesh. *Punishment & Society*, 3(1), 95-133.

“OPERAÇÕES POLICIAIS”: UMA PROPOSTA DE EXERCÍCIO MULTI-SITUADO E MULTIESCALAR DE REGIONALIZAÇÃO DOS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA ARMADA EM FAVELAS DURANTE A PANDEMIA NO RIO DE JANEIRO

Resumo

O presente artigo sugere uma possível chave de leitura sobre a continuidade da violência policial armada nas favelas do Rio de Janeiro apesar da grave crise social e sanitária gerada pela pandemia da Covid-19. Para refletir sobre tal problema, o presente artigo empreende um exercício multi-situado e multiescalar sobre as formas de representação da categoria “operação policial” a partir da articulação de três escalas distintas: uma cartografia da violência armada policial na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ); seguida de descrições de cunho etnográfico apoiadas por pesquisas dos autores numa favela niteroiense localizada na RMRJ e num bairro do subúrbio da capital fluminense. Nosso argumento é de que mais que uma categoria descritiva sobre ações táticas de “combate ao tráfico varejista de drogas”, as “operações policiais” se inscrevem num amplo horizonte semântico mobilizador de diferentes valores e rendimentos ligados a regulação violenta do cotidiano pela PMERJ.

Palavras-chave: Violência. Política. Regionalização. Favela. Subúrbio.

"OPERACIONES POLICIALES": UNA PROPUESTA DE EJERCICIO MULTISITUADO Y MULTIESCALAR DE REGIONALIZACIÓN DE LOS IMPACTOS DE LA VIOLENCIA ARMADA EN LAS FAVELAS DURANTE LA PANDEMIA EN RÍO DE JANEIRO

Resumen

El presente artículo sugiere una posible clave de lectura sobre la continuidad de la violencia policial armada en las favelas de Río de Janeiro a pesar de la grave crisis social y sanitaria generada por la pandemia del Covid-19. Para reflexionar sobre este problema, este artículo realiza un ejercicio multisituado y multiescalar sobre las formas de representar la categoría "operación policial" a través de la articulación de tres escalas diferentes: una cartografía de la violencia armada policial en la Región Metropolitana de Río de Janeiro (RMRJ); seguida de descripciones etnográficas apoyadas en la investigación de los autores en una favela de Niterói, Río de Janeiro, y en un barrio suburbano de la ciudad de Río de Janeiro. Nuestro argumento es que más que una categoría descriptiva sobre acciones tácticas de "combate al narcotráfico minorista", las "operaciones policiales" se inscriben en un amplio horizonte semántico que moviliza diferentes valores e ingresos vinculados a la regulación violenta de la vida cotidiana por parte de la PMERJ.

Palabras clave: Violencia. Policía. Regionalización. Tugurios. Suburbio.

"POLICE OPERATIONS": A PROPOSED MULTI-SITUATED AND MULTI-SCALAR EXERCISE IN REGIONALIZING THE IMPACTS OF ARMED VIOLENCE IN FAVELAS DURING THE PANDEMIC IN RIO DE JANEIRO

Abstract

The present article suggests a possible key to reading about the continuity of armed police violence in Rio de Janeiro's favelas despite the serious social and health crisis generated by the Covid-19 pandemic. To reflect on this problem, this article undertakes a multi-situated and multi-scalar exercise on the ways of representing the category "police operation" through the articulation of three distinct scales: a cartography of police armed violence in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro (RMRJ); followed by ethnographic descriptions supported by the authors' research in a Niterói favela located in the RMRJ and in a suburban neighborhood of the capital city of Rio de Janeiro. Our argument is that more than a descriptive category about tactical actions of "fighting retail drug trafficking", the "police operations" are inscribed in a broad semantic horizon mobilizing different values and incomes linked to violent regulation of everyday life by PMERJ.

Keywords: Violence. Politics. Regionalization. Slum. Suburb.

CONTRIBUIÇÃO

Eduardo de Oliveira Rodrigues

O autor declara ter contribuído para este texto da seguinte forma: financiamento (equânime), concepção (equânime), teorização (equânime), coleta de dados (principal), análise de dados (equânime) e conclusão (equânime).

Elizabeth Albernaz

A autora declara ter contribuído para este texto da seguinte forma: financiamento (equânime), concepção (equânime), teorização (equânime), coleta de dados (principal), análise de dados (equânime) e conclusão (equânime).

CONFLITOS DE INTERESSE

Es autores declaram não haver conflitos de interesse.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Es autores declaram que foram observados os princípios e preceitos éticos que norteiam a pesquisa com seres humanos no estudo que serviu de base para esta contribuição.

AGRADECIMENTOS

Es autores agradecem ao Colégio Pedro II, à Universidade Federal Fluminense, em especial, ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-Ineac/UFF), ao Laboratório de Estudos sobre Conflito, Cidadania e Segurança Pública (Laesp/UFF) e à Witwatersrand University, em Joanesburgo, África do Sul, pelo(s) apoio institucional em termos da infraestrutura,

interloquções e recursos que viabilizaram a realização do estudo a partir do qual os dados desta contribuição foram obtidos.

COMO CITAR

Rodrigues, Eduardo O. & Albernaz, Elizabeth (2022). "Operações policiais": uma proposta de exercício multi-situado e multiescalar de regionalização dos impactos da violência armada em favelas durante a pandemia no Rio de Janeiro. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 9(25), 612-653.